



GT 05. Antropologia da Biomedicina

Coordenador(es):

Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde coletiva)

Ednalva Maciel Neves (PPGA/UFPB)

Sessão 1 - Biosaberes e biopolíticas

Debatedor/a: Débora Allebrandt (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 2 - Adoecimentos, sistemas e cuidados em saúde

Debatedor/a: Cíntia Liara Engel (UnB)

Sessão 3 - Narrativas de parto, violência obstétrica e outras afetações

Debatedor/a: Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este Grupo de Trabalho dá continuidade ao diálogo iniciado na III Reunião de Antropologia da Saúde, realizada em Natal/2019, desvelando uma experiência rica de pesquisadores brasileiros que apresentaram etnografias com temas instigantes calcadas em técnicas de pesquisa já consagradas e /ou inusitadas e questões reflexivas de pesquisa. Assim, a proposta é ampliar e aprofundar essa discussão a partir de trabalhos etnográficos sobre a medicina ocidental, a biomedicina, como campo de investigação, envolvendo a produção de conhecimento e tecnologias biomédicas, assim como seus efeitos na experiência coletiva e pessoal. Desta forma, o enfoque é sobre a complexa trama contemporânea do bio: mercados, tecnológicas, interpretações, apropriação de saberes e práticas, direitos e ativismos. Dentre as reflexões, pensamos em dialogar acerca: construção do saber profissional sobre o corpo, definições sobre saúde e doença, questões éticas relacionadas às biotecnologias, cuidado humanizado, comportamentos dos/das pacientes em relação à busca de diagnósticos (testes genéticos, diagnósticos por imagens) e tratamentos (tecnologias reprodutivas, cuidados paliativos) relação médico/a-paciente e diálogos com outras racionalidades terapêuticas. Igualmente contamos com os aspectos políticos, econômicos e éticos que podem animar esses debates.

Recomendações da OMS para os cuidados pré-natais: reflexões preliminares sobre as noções de risco na gestão das gravidezes e nascimentos

Autoria: Fernanda Loureiro Silva (IM)

Nas últimas décadas, o movimento de ?humanização do parto? no Brasil vem propondo mudanças na assistência que buscam desestimular o ?parto medicalizado? e incentivar o uso de práticas ?humanizadas?. Essas práticas, baseadas nas ?melhores evidências científicas?, privilegiam o uso de tecnologias consideradas ?apropriadas? em detrimento daquelas consideradas "danosas?. Tais mudanças - não apenas na forma de dar à luz, mas também nos modos de gestar e maternar - seguem aquilo que vem sendo proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1985. Para este work, tomo como ponto de partida o papel preponderante que as evidências científicas vêm ocupando no movimento de humanização, e os deslizamentos discursivos em torno das noções de risco que acompanham os debates relacionados à gestão das gravidezes e, principalmente, acerca das formas de fazer nascer: parto natural e cesariana. Nas sociedades em que a gravidez e o nascimento foram medicalizados, os discursos de risco se intensificaram e o risco se tornou um conceito-chave para a mensuração, gestão e prevenção de desfechos negativos ou indesejáveis. Os cuidados pré-natais de rotina e as práticas de assistência ao parto são orientados para o monitoramento e controle de riscos, e incluem uma série de intervenções com o objetivo de identificar e



corrigir disfunções e anormalidades. Apesar da centralidade do risco biomédico, estudos socioculturais sobre o risco apontam que as construções associadas a esse conceito são mais complexas, podendo variar não só entre os diferentes atores envolvidos, mas também de acordo com crenças, valores e visões de mundo que são moldados por contextos históricos, culturais e sociais específicos. Este work tem como objetivo investigar as recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais publicadas em 2016 no contexto da implementação da Agenda 2030 para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Mais especificamente, irei descrever e analisar as noções de risco relacionadas a algumas intervenções médicas e não médicas realizadas rotineiramente durante a assistência ao pré-natal. Com base nessa análise, buscarei apresentar reflexões preliminares sobre como essas intervenções podem moldar a construção de significados sobre o corpo grávidos e representações acerca de uma maternidade positiva, lançando luz sobre políticas de saúde da mulher no século XXI.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: